



Número: **0600547-40.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **26/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600133-12.2020.6.16.0010**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Distribuição de Tempo de Propaganda, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Horário Eleitoral Gratuito/Inserções de Propaganda, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão, Veiculação de Propaganda Partidária - Em Inserções, Direito Líquido e Certo**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança com pedido liminar de tutela inibitória nº 0600547-40.2020.6.16.0000; Representação 0600133-12.2020.6.16.0010, h.e.g. inserções rádio 24/10/20**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
COLIGAÇÃO A LAPA MERECE MAIS 12-PDT / 13-PT / 25-DEM / 43-PV (IMPETRANTE)		GREGORIO CEZAR BORGES (ADVOGADO)	
DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS (LITISCONSORTE)			
ACYR HOFFMANN (LITISCONSORTE)			
JUÍZO DA 010ª ZONA ELEITORAL DA LAPA PR (IMPETRADO)			
COLIGAÇÃO SEMPRE EM FRENTE 40-PSB / 15-MDB / 55-PSD / 10-REPUBLICANOS (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17274566	05/11/2020 17:11	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120):0600547-40.2020.6.16.0000

IMPETRANTE: COLIGAÇÃO A LAPA MERECE MAIS 12-PDT / 13-PT / 25-DEM / 43-PV

Advogado do(a) IMPETRANTE: GREGORIO CEZAR BORGES - PR0064647

LITISCONSORTE: DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS, ACYR HOFFMANN IMPETRADO: JUÍZO DA 010ª ZONA ELEITORAL DA LAPA PR, COLIGAÇÃO SEMPRE EM FRENTE 40-PSB / 15-MDB / 55-PSD / 10-REPUBLICANOS

RELATOR: FERNANDO QUADROS DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela COLIGAÇÃO A LAPA MERECE MAIS contra ato do Juízo da 10ª Zona Eleitoral da Lapa, que, ao analisar tutela de urgência nos autos de REPRESENTAÇÃO Nº 0600133-12.2020.6.16.0010, indeferiu a medida liminar requerida.

Após defender o cabimento do *writ* e a competência desta Corte, alega que a decisão é ilegal e teratológica, porquanto a propaganda impugnada viola o disposto no artigo 54 da Lei nº. 9.504/97.

Sustenta que foram acostados aos autos da representação áudios comprovando inequivocamente a veiculação de 3 (três) inserções de 30 segundos cada em que o candidato a prefeito simplesmente não aparece, sendo toda a inserção ocupada pelo atual prefeito do município.

Afirma que é inconteste que não foi respeitado o limite de 25% do tempo de cada programa ou inserção, pois o apoiador ocupa 100% (cem por cento) do tempo, em pelo menos 3 (três) inserções e, ainda, no mesmo bloco de audiência.

Prossegue argumentando que a ventilada necessidade de “prova quanto ao tempo específico de propaganda eleitoral destinado aos demais candidatos” é descabida, porque é de conhecimento do juízo eleitoral a duração das inserções (art. 55



da Res. 23.610/2019), eis que elas têm o tempo definido pela própria legislação eleitoral (30 e 60 segundos).

Por fim, afirmando estarem presentes os requisitos para a concessão da medida liminar, requer que seja determinada a suspensão de divulgação da propaganda eleitoral impugnada.

A petição inicial foi indeferida, sendo julgado extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil (ID. 13938316).

O impetrante interpôs recurso de agravo regimental visando a submeter a questão a esta egrégia Corte (ID. 14279466).

Petição do recorrente comunicando a perda superveniente do objeto ante a prolação da sentença e a respectiva interposição do recurso eleitoral.

É o relatório.

Passo a decidir, o que faço com fulcro no disposto no artigo 31 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

Consoante relatado, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela COLIGAÇÃO A LAPA MERECE MAIS contra ato do Juízo da 10ª Zona Eleitoral da Lapa, que, ao analisar tutela de urgência nos autos de REPRESENTAÇÃO Nº 0600133-12.2020.6.16.0010, indeferiu a medida liminar requerida.

Inicialmente, anoto que, conforme noticiado à ID. 16247316, houve prolação de sentença com a respectiva interposição de recurso eleitoral na representação que motivou a impetração do *mandamus*.

Deste modo, resta prejudicada a análise do agravo interno, ante a perda superveniente de objeto.

Diante do exposto, julgo prejudicado o agravo interno.

Registre-se. Publique-se. Intime-se, nos termos do artigo 64 da Resolução TSE nº. 23.608.

Fernando Quadros da Silva

Relator

